

Gameleira Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas da
Gameleira Holding S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gameleira Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Gameleira Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

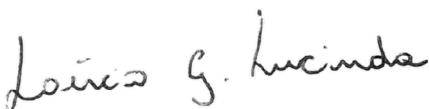
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de Maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Laércio Gésio Lucinda
Contador CRC 1SP241847/O-9

Gameleira Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.341	2.093	116	116
Impostos a recuperar		24	21	-	-
Outras contas a receber de partes relacionadas	6	1.546	1.326	-	29
Total do ativo circulante		2.911	3.440	116	145
Investimentos em controladas	7	-	-	28.808	29.025
Imobilizado	8	27.404	27.101	-	-
Direito de uso - Arrendamento	9	1.280	1.390	-	-
Total do ativo não circulante		28.684	28.491	28.808	29.025
Total do ativo		31.595	31.931	28.924	29.170

Passivos e Patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores e outras contas pagar		-	6	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10	3	-	-	-
Passivo fiscal corrente		21	16	1	1
Outras contas a pagar de partes relacionadas	6	-	285	-	-
Total do passivo circulante		24	307	1	1
Passivo de arrendamento	9	2.647	2.455	(1)	-
Total do passivo não circulante		2.647	2.455	(1)	-
Patrimônio líquido	11				
Capital social		32.304	32.304	32.304	32.304
Prejuízos acumulados		(3.380)	(3.135)	(3.380)	(3.135)
Total do patrimônio líquido		28.924	29.169	28.924	29.169
Total do passivo e patrimônio líquido		31.595	31.931	28.924	29.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gameleira Holding S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	12	(417)	(678)	(41)	(22)
Outras receitas (despesas) operacionais		(9)	-	(1)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido e impostos		(426)	(678)	(42)	(22)
Receitas financeiras	13	194	34	15	1
Despesas financeiras	13	(4)	(8)	-	(1)
Resultado financeiro líquido		190	26	15	-
Participação em empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	7	-	-	(218)	(630)
Resultado antes dos impostos		(236)	(652)	(245)	(652)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	10	(9)	-	-	-
Prejuízo do exercício		(245)	(652)	(245)	(652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gameleira Holding S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(245)	(652)	(245)	(652)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(245)	(652)	(245)	(652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gameleira Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024		27.404	(2.483)	24.921
Aumento de capital social	11.2	4.900	-	4.900
Prejuízo do exercício		-	(652)	(652)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		32.304	(3.135)	29.169
Prejuízo do exercício		-	(245)	(245)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		32.304	(3.380)	28.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gameleira Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(245)	(652)	(245)	(652)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa				
Equivalência patrimonial	7.2	-	218	630
Amortização do direito de uso - Arrendamento	10.1	300	107	(1)
Imposto de renda e contribuição social		3	-	-
Juros sobre arrendamentos	10.2	-	191	-
Baixa do Imobilizado	8.1	15	-	-
Resultado do exercício ajustado		73	(28)	(22)
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Impostos a recuperar		(3)	(8)	-
Outras contas a receber com partes relacionadas		(220)	(1.116)	29
Pagamentos antecipados		-	201	-
Outros ativos		2	-	(1)
Fornecedores e outras contas pagar		(6)	(213)	-
Passivo fiscal corrente		5	(1)	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas		(285)	160	-
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais		(434)	(1.331)	(24)
Fluxo de caixa das atividades investimento				
Aporte de capital em controladas	7.2	-	-	(4.800)
Aquisição de imobilizado	9.1	(318)	(4.189)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(318)	(4.189)	(4.800)
Fluxo de caixa das atividades financiamento				
Aporte de capital de acionistas	13.2	-	4.900	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	4.900	4.900
(Redução) aumento de caixa equivalentes de caixa líquido		(752)	(620)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	2.093	2.713	116
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	1.341	2.093	116
(Redução) aumento de caixa equivalentes de caixa líquido		(752)	(620)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Gameleira Holding S.A. individualmente “Companhia” é uma Holding constituída, em 03 de fevereiro de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º andar – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias conjuntamente referidas como “Companhia” ou simplesmente “Grupo”. O Grupo é formado por suas investidas diretas, sendo 04 (quatro) Companhias pré-operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Gameleira 1 Energias Renováveis S.A., Gameleira 2 Energias Renováveis S.A., Gameleira 3 Energias Renováveis S.A., Gameleira 4 Energias Renováveis S.A., todas sediadas no Município de Milagres, Estado do Ceará, no Sítio Gameleira.

1.1 Projeto de geração de energia solar

As controladas diretas da Companhia aderiram ao mecanismo da “anistia” proposto pela Resolução Normativa 1.065 de 11 de julho de 2023, que possibilitou à Companhia e suas Controladas a revogação das outorgas sem penalidades e a rescisão amigável dos contratos de conexão.

Os mecanismos excepcionais aprovados pela ANEEL visam corrigir “distorções e efeitos causados pela grande procura no passado por outorgas de geração devido ao fim da isenção das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão para usinas renováveis (como biomassa, energia eólica e solar)”. Ademais, em face do cenário de esgotamento da capacidade de escoamento do sistema de transmissão, principalmente nos locais onde se concentra a expansão dos novos empreendimentos de energias renováveis, a ANEEL buscou liberar margem para possibilitar o acesso ao SIN à novos empreendimentos de geração.

Destaca-se que a adesão foi permitida somente as empresas adimplentes com suas obrigações setoriais (como o pagamento de encargos do contrato de transmissão). Além disso, a ANEEL estipulou que os geradores contratados no ambiente regulado, como caso de Gameleira, deveriam encerrar seus respectivos contratos de comercialização de energia nesse ambiente antes de aderir à medida.

Perante o contexto acima, a adesão ao mecanismo excepcional supramencionado, foi motivada tendo em vista que o cronograma autorizado para execução dos projetos - que previa a entrada em operação comercial até 01 de janeiro de 2025 – mostrava-se desafiador perante o cenário do empreendimento. Em que pese o cronograma inicialmente estabelecido, diversos fatores conjunturais afetaram de forma relevante a viabilidade de atendimento de tais prazos, tais como (i) as condições hidrológicas favoráveis ao país (que acarretou preços mínimos para o PLD e arrefecimento do mercado livre de longo prazo); (ii) elevação do custo de capital no cenário pós-pandêmico, (iii) esgotamento da capacidade de escoamento do sistema de transmissão; (iv) alta do dólar, principalmente a partir de 2020; (v) diversos impactos da pandemia internacional do novo coronavírus desde o final de 2019 e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia nas cadeias globais de suprimento de serviços e equipamento; entre outros.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas da Companhia não possuem nenhuma obrigação legal e regulatória de cumprir os contratos. Dessa forma, a adesão à “anistia” permite a retomada do desenvolvimento do empreendimento em uma fase já avançada, com a campanha de medição solarimétrica realizada, licenciamento ambiental aprovado e direitos fundiários assegurados (já que tal mecanismo revogou diretamente outros os ativos e autorizações além dos mencionados acima). Em suma, possibilitou-se ao projeto Gameleira manutenção dos investimentos e a retomada da implantação em condições favoráveis.

Adicionalmente, a Companhia possui um laudo de avaliador independente que suporta a recuperabilidade dos ativos registrados, assim como saldo em caixa e equivalentes de caixa suficiente para suprir as demandas existentes. Não existem outros passivos futuros assumidos diferentes aos já contabilizados.

1.2 Contratos de venda de energia

Inicialmente, tinha-se a expectativa de alcance de conclusão do projeto prevista para o dia 01 de janeiro de 2023, entretanto esse cenário não foi possível por conta do aumento significativo nos custos de implantação de projetos solares fotovoltaicos e ao cenário macroeconômico global. Ao longo de 2022, as obrigações de entrega de energia que se iniciavam em 01 de janeiro de 2023, conforme citado anteriormente, foram revogadas e em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não possui outorga e contratos de venda de energia. Consequentemente, o plano de negócio anterior, o qual previa o início da operação comercial inicialmente em 2023 e depois em 2025, não será possível. Um novo plano de negócio será determinado pela Administração da Companhia, portanto, até que um novo plano seja determinado, a Administração da Companhia determinou que a mesma ficará dormente por um período.

(i) Compra e venda de energia

Durante o período estimado da postergação da operação comercial do empreendimento, ocorreu a cessão contratual temporária para a Canadian Solar Desenvolvimento de Usinas Solares Ltda (comercializadora), que forneceu a energia diretamente para a contraparte que foi rescindido a partir de 01 de agosto de 2023 aos contratos de compra e venda de energia elétrica que entre si celebraram Aa Copel no mercado livre e Gameleiras 1 à 4 Energias Renováveis S.A.

2 Relação de Entidades Controladas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía controle direto de 04 (quatro) Companhias, Veja abaixo a lista das controladas diretas do grupo:

	Participação	2025	2024
Gameleira 1 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Gameleira 4 Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%

Referem-se a Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) com o objetivo único de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. Em 31 de dezembro de 2025 as SPEs conforme descrito na nota 1.2. encontravam-se dormentes.

3 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em XX de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras fluxo de caixa operacional positivo no consolidado de R\$ 2.887 mil (positivo de R\$ 3.113 mil em 2024), e prejuízo em 2025 de R\$ 245 mil (prejuízo em 2024 de R\$ 652 mil). O plano de financiamento do Grupo continua válido com aprovação pela Administração, ainda, a Companhia espera utilizar os recursos referentes a venda de outros projetos que a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ou “FIP” possui, que conforme contrato vinculado entre as entidades, estes valores serão direcionados para projetos que estão em construção.

Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo Canadian, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante e potencial de crescimento de geração renovável no Brasil, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro da sua controladora final Canadian Solar Inc. ao qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3 Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 9 - Direito de uso e arrendamento: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.

Nota 14 - Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos financeiros).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.6 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho e ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.7 *Moeda estrangeira*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8 *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.9 *Partes relacionadas*

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

O Grupo possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.10 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O Grupo não realizou nenhuma baixa com efeito no resultado no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024, por estar em fase pré-operacional.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos.

O Grupo considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

O Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 e 2024 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições de operar pretendidas pelo Grupo.

3.11 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Quebra de cláusulas contratuais;

Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e concluiu que nenhuma provisão seria necessária.

3.12 Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

Como arrendatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 9,19% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):**
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- ii. **Ativos financeiro ao custo amortizado:**
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os ativos ou os passivos medidos ao valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível que a input de valor justo com nível mais baixo que seja significativa para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3.14 Reconhecimento de receita

Devido a fase pré-operacional do Grupo, o reconhecimento abrange receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.15 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração da Companhia vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

a estrutura de custos e formação de preços;

a apuração e recuperação de créditos tributários;

a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e

os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

O Grupo continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	-	1	-	-
Aplicações financeiras	1.341	2.092	116	116
	1.341	2.093	116	116

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Operações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de contas correntes entre as empresas do Grupo. A controladora final da Companhia é a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Balanco Patrimonial				
Contas a receber com partes relacionadas (*)				
Canadian Solar Energy I Holding	10	-	-	-
Canadian Solar Energy II Holding	170	170	-	-
Complexo Fotovoltaico Marangatu Solar I SPE S.A.	196	126	-	-
Complexo Fotovoltaico Marangatu Solar II SPE S.A.	190	120	-	-
Gameleira 1 Energias Renováveis S.A.	-	-	-	27
Gameleira 4 Energias Renováveis S.A.	-	-	-	2
Morada do Sol Holding S.A.	20	-	-	-
Morada do Sol Holding 2 S.A.	10	-	-	-
Morada do Sol I Energias Renováveis S.A.	110	100	-	-
Morada do Sol II Energias Renováveis S.A.	110	100	-	-
Morada do Sol III Energias Renováveis S.A.	110	100	-	-
Morada do Sol IV Energias Renováveis S.A.	110	100	-	-
Morada do Sol V Energias Renováveis S.A.	210	200	-	-
Morada do Sol VI Energias Renováveis S.A.	160	150	-	-
Jaíba V Holding 2 S.A.	10	-	-	-
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	130	130	-	-
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	-	30	-	-
	1.546	1.326	-	29
Contas a pagar com partes relacionadas (*)				
Morada do Sol VI Energias Renováveis S.A.	-	125	-	-
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	-	130	-	-
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	-	30	-	-
	-	285	-	-

(*) Referem-se a operações de conta corrente entre as empresas do grupo.

6.1 Pessoal – chave da Administração

O Grupo optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares Ltda.

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

7 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2025	2024
Investimento por equivalência patrimonial	28.808	29.025
	28.808	29.025

7.1 Informações financeiras resumidas de controladas

Em 31 de dezembro de 2025

Controlada	Participação			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Gameleira 1 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	465	7.929	470	662	7.262	(71)
Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	1.149	6.695	4	662	7.178	(35)
Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	824	7.064	6	662	7.220	(54)
Gameleira 4 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	821	6.996	7	662	7.148	(58)

Em 31 de dezembro de 2024

Controlada	Participação			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Gameleira 1 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	583	7.717	517	614	7.333	(164)
Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	1.297	6.491	118	614	7.213	(157)
Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	1.100	6.871	228	614	7.274	(145)
Gameleira 4 Energias Renováveis S.A.	Direta		100%	940	6.782	67	614	7.205	(164)

7.2 Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2025

Controlada	Saldo inicial 2025	Aportes (*)	Equivalência patrimonial	Saldo final 2025
Gameleira 1 Energias Renováveis S.A.	7.334	-	(71)	7.263
Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.	7.212	-	(35)	7.177
Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.	7.274	-	(54)	7.220
Gameleira 4 Energias Renováveis S.A.	7.205	-	(58)	7.148
	29.025	-	(218)	28.808

Em 31 de dezembro de 2024

Controlada	Saldo inicial 2024	Aportes (*)	Equivalência patrimonial	Saldo final 2024
Gameleira 1 Energias Renováveis S.A.	6.198	1.300	(164)	7.334
Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.	6.219	1.150	(157)	7.212
Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.	6.219	1.200	(145)	7.274
Gameleira 4 Energias Renováveis S.A.	6.220	1.150	(164)	7.205
	24.856	4.800	(630)	29.025

Aportes realizados ao longo do exercício 2024 estão relacionados no quadro abaixo:

Detalhes do aporte	Data do aporte	Gameleira 1	Gameleira 2	Gameleira 3	Gameleira 4	Total
Aporte de capital	31/01/2024	600	450	500	450	2.000
Aporte de capital	04/03/2024	100	100	100	100	400
Aporte de capital	13/08/2024	600	600	600	600	2.400
Total de aportes		1.300	1.150	1.200	1.150	4.800

8 Imobilizado

	Consolidado	
	2025	2024
Imobilizado em andamento	27.404	27.101
	27.404	27.101

O Imobilizado em andamento refere-se a valores incorridos para construção do parque fotovoltaico. Em 2025 o principal item capitalizável é referente ao custo de arrendamento nas SPEs Gameleira 1 Energias Renováveis S.A., Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.; Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.; e Gameleira 4 Energias Renováveis S.A., todas localizadas no município de Luziânia, Estado de Goiás.

O Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 e 2024 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento.

A Companhia avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros e, em razão de um trigger de *impairment* identificado em 2025, realizou o teste de redução ao valor recuperável nesse exercício. Após as análises, concluiu-se que nenhuma provisão deveria ser reconhecida. Para o exercício de 2024, não foram identificados triggers que demandassem a realização do teste.

8.1 Movimentação do Imobilizado consolidado

	Central Solar	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.172	3.740	22.912
Adições	4.189	-	4.189
Baixas	-	-	-
Depreciação do exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.361	3.740	27.101
Adições	318	-	318
Baixas	(15)	-	(15)
Depreciação do exercício	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23.664	3.740	27.404

9 Direito de uso e arrendamento

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Direito de uso - Arrendamento	1.800	1.800	-	-
(-) Amortização de direito de uso	(520)	(410)	-	-
	1.280	1.390	-	-
Passivo				
Arrendamentos a pagar	2.647	2.455	(1)	-
	2.647	2.455	(1)	-

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:
Terrenos: Contratos de arrendamento de terras relativos aos parques fotovoltaicos do Grupo.

9.1 Movimentação do direito de uso - Arrendamento

	Direito de uso Arrendamento de terras
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.497
Adições	-
Baixas	-
Amortização	(107)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.390
Adições	-
Baixas	-
Amortização	(108)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.280

9.2 Movimentação do Passivo de Arrendamento

	Passivo Arrendamento de terras
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.264
Pagamentos	-
Atualização financeira	191
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.455
Pagamentos	-
Atualização financeira	192
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.647

10 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
CSLL a recolher	3	-	-	-
	3	-	-	-

10.1 Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ a recolher (a)	(6)	-	-	-
CSLL a recolher (a)	(3)	-	-	-
	(9)	-	-	-

(a) Refere-se a impostos sobre aplicações financeiras nas controladas, com alíquotas de 15% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social do Lucro Líquido.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado por 32.303.595 ações (32.303.595 em 31 de dezembro de 2024) todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2025		
	Quantidade de ações	R\$ Mil	% do capital social
Capital social			
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	32.304	32.304	100%
	32.304	32.304	100%

	2024		
	Quantidade de ações	R\$ Mil	% do capital social
Capital social			
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	32.304	32.304	100%
	32.304	32.304	100%

11.2 Movimentação do Capital Social

Aportes de capital ocorridos através de recursos bancários de seu acionista, totalmente subscritos e integralizados vide quadro de composição por evento societário abaixo:

Detalhes do aporte	Data do aporte	Quantidade de ações	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2024		27.404	27.404
Aumento de capital	30/01/2024	2.000	2.000
Aumento de capital	01/03/2024	400	400
Aumento de capital	13/08/2024	2.500	2.500
Saldo em 31 de dezembro de 2024		32.304	32.304

Em 2025 não houve aportes de Capital Social.

11.3 Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou em seu resultado um prejuízo líquido do exercício de R\$ 245 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 652 mil de prejuízo em 2024), totalizando em R\$ 3.380 mil de prejuízo acumulado em 2025 (R\$ 3.135 mil de prejuízo acumulado em 2024), desta forma não houve distribuição de lucros.

12 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros	(381)	(276)	(41)	(17)
Assessoria e consultoria	(34)	(401)	-	(5)
Outras	(2)	(1)	(0)	-
	(417)	(678)	(41)	(22)

13 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	194	34	15	1
	194	34	15	1
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(4)	-	-	-
Outras	-	(8)	-	(1)
	(4)	(8)	-	(1)
Resultado financeiro, líquido	190	26	15	-

14 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa do Grupo bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa do Grupo são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

O Grupo não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

14.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As contas a receber e a pagar de partes relacionadas e fornecedores, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Custo amortizado					
Fornecedores e outras contas a pagar (i)		-	6	-	3
Arrendamentos a pagar	9	2.647	2.455	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		-	285	-	-
		2.647	2.746	-	3

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

(i) Os saldos de caixa e bancos, outras contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos;

14.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. *Risco de mercado*

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. *Risco de taxas de juros*

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

31 de dezembro de 2025

	Variação 2025	Cenário Provável 2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	11,90%	-3,00%	-3,75%	-4,50%
	Índices	2025	Sensibilidade		
			Provável	D-25%	D-50%
Aplicações financeiras		1.341	(40)	(50)	(60)

31 de dezembro de 2024

	Variação 2024	Cenário Provável 2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	3,06%	3,83%	4,59%
	Índices	2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Aplicações financeiras		2.092	64	80	96

(a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.

c. Risco cambial

O Grupo não está exposto a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o dólar (USD). O grupo não possui compras em moeda estrangeira.

d. Risco de crédito

É o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.341	2.093	116	116
Outras contas a receber com partes relacionadas		1.546	1.326	-	29
		2.887	3.419	116	145

O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras apenas com instituições de primeira linha, cuja classificação de risco atribuída por agência de rating de referência dos principais montantes, é AA.br.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Em 31 de dezembro de 2025

		Consolidado				
		Fluxo de caixa contratuais				
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Arrendamentos a pagar	9.2	2.647	2.647	2.647	-	-
		2.647	2.647	2.647	-	-

Em 31 de dezembro de 2024

Consolidado					
Fluxo de caixa contratuais					
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	6	6	6	-	-
Arrendamentos a pagar	2.455	2.455	-	-	2.455
Contas a pagar com partes relacionadas	285	285	-	285	-
	2.748	2.748	6	285	2.455

15 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.